



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA
PLANO DECENAL DE FORMAÇÃO DOCENTE DO ESTADO DO
PARÁ – PARFOR

Rosângela Rodrigues da Costa

**CULTURA LOCAL E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO CAMPO
DA ORALIDADE: UMA PERSPECTIVA DO PROFESSOR E DO ALUNO**

ABAETETUBA - PA

2014

Rosângela Rodrigues da Costa

**CULTURA LOCAL E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO CAMPO
DA ORALIDADE: UMA PERSPECTIVA DO PROFESSOR E DO ALUNO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do Grau de Licenciado Pleno em Ciências Sociais, sob orientação do Professor Dr. Pedro Paulo Freire Piani.

ABAETETUBA

2014

Rosângela Rodrigues da Costa

**CULTURA LOCAL E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO CAMPO
DA ORALIDADE: UMA PERSPECTIVA DO PROFESSOR E DO ALUNO**

Este trabalho de conclusão de curso foi julgado e aprovado, para a obtenção do título de Licenciada Plena em Ciências Sociais pelo corpo docente da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba.

Apresentado __/__/2014

Conceito: _____

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Pedro Paulo Freire Piani – UFPA – Orientador

Banca examinadora

Banca examinadora

Aos meus pais Domingos da Conceição Soares da Costa e Paula Rodrigues da Costa, pelo carinho e incentivo que sempre me dedicaram nos momentos mais difíceis e decisivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por estar sempre ao meu lado e por me dar a oportunidade de concluir esse curso.

A minha família: meu esposo Elisvaldo dos Santos Veloso pelo companheirismo, aos meus filhos Elielso da Costa Veloso, Elielma da Costa Veloso e Eleilza da Costa Veloso, pelo carinho, respeito e por estarem sempre nos meus momentos mais difíceis.

A minha querida mãe Paula Rodrigues da Costa que me ensinou a ser dedicada e responsável.

A todos os professores do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, que durante o curso contribuíram para que eu viesse a adquirir conhecimento científico durante a jornada acadêmica.

Em especial, agradeço ao meu orientador, Pedro Paulo Freire Piani, pela atenção e por ter vivenciado comigo momentos da realização deste trabalho.

RESUMO

Este estudo propõe como tema a cultura local e o processo de ensino e aprendizagem no campo da oralidade a partir de uma perspectiva do professor e do aluno. O intuito da pesquisa é abordar a importância dos conhecimentos da cultura local e sua influência no conhecimento escolar dos alunos e de como os professores se utilizam desse conhecimento para avançar no processo ensino aprendizagem visando a oralidade, através da pesquisa de campo, analisou-se a utilização desses recursos metodológicos pelos profissionais da Escola São Tomé. Para o desenvolvimento do estudo foi realizada a revisão bibliográfica, a fim de descrever as teorias que abordassem a questão agrária e o meio rural, a formação docente, em meio a mudanças sócio educacionais e, em especial, da comunidade rural Camurituba Centro, tendo assim a compreensão dos caminhos que levam à qualidade dessa modalidade de ensino. Na pesquisa de campo realizada na escola São Tomé, foi aplicado um jogo para trabalhar com os alunos a diversidade cultural e um questionário com duas professoras e dois alunos e suas respostas trouxeram colocações relevantes sobre a complexidade de ensinar o conteúdo escolar sem que haja perda de seu conhecimento familiar, pois nessas comunidades a sua influência cultural é muito forte junto às crianças se tornando um desafio aos professores. Os resultados mostraram que a formação docente carece de mais investimentos nessa área, é preciso capacitar os docentes, a boa vontade dos professores não é suficiente para a melhoria da educação do campo.

Palavras- chave: Cultura Local, Ensino e Aprendizagem, Oralidade.

ABSTRACT

This study proposes to theme the local culture and the process of teaching and learning in the field of orality from the perspective of a teacher and student. The aim of the research is to discuss the importance of knowledge of the local culture and its influence on school students' knowledge and how teachers use this knowledge to advance the learning process aiming orality through field research, analyzed the use of these methodological resources for professionals Sao Tome School. To the study development was performed the literature review to describe the theories that addressed the agrarian question and the rural environment, the teacher educational training partner amid changes especially the rural community center Camurituba so having an understanding of the pathways that lead to this type of education quality. On field research conducted in school São Tomé, a questionnaire was given to two teachers and two students and their answers brought relevant placements about the complexity of teaching academic content without loss of their familiar knowledge, because these communities to their cultural influence is very strong with children becoming a challenge to teachers. These questionings that formed the basis for the present work.

Keywords: Local Culture, Teaching and Learning, Orality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. Um breve histórico da questão agrária no Brasil	13
1.1. A função social da propriedade	17
1.2. Os avanços da produção agrícola no Pará em relação a mandioca na atualidade.....	19
2. Relação escola e família e educação no campo.....	24
2.1. Uma análise do professor no campo e suas perspectivas.....	27
3. Análise dos dados coletados e a visão do professor e do aluno segundo a oralidade.	30
3.2. As experiências docentes e a linguagem local na escola sob o foco de análise.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICES.	46

INTRODUÇÃO

Abaetetuba é uma cidade paraense pertencente à área nordeste do estado, situada às margens do Rio Maratauíra. Este município é privilegiado, contando com uma área geográfica riquíssima que compreende uma região rural de várzea com mais de 60 ilhas, a área urbana da cidade, e mais de 30 localidades na zona rural de terra firme. Distribuída geograficamente nesta área está uma população de 147.846 habitantes. Os moradores da zona rural vivem basicamente da produção de farinha de mandioca, mas que não chega abastecer em sua totalidade o comércio local.

Percebe-se então, que esta atividade agrária é uma característica cultural, pois acompanha esta região desde a sua formação, mas não acompanha as perspectivas de jovens dessas comunidades quando se trata do processo ensino aprendizagem, posto que seu conhecimento linguístico se contrapõe aos conhecimentos escolares, causando muitas das vezes constrangimento a alunos e professores, pois quando se trata da oralidade os alunos erradicados nessas comunidades trazem consigo uma carga semântica muito forte, sendo essa carga internalizada durante seu aprendizado familiar, principalmente quando se trata de vocábulos utilizados na produção da farinha de mandioca, que é a base financeira e alimentar dessas famílias.

Para tanto, academicamente para o presente trabalho levanta a hipótese de que há pouco incentivo na formação de professores, pois os mesmos não se sentem preparados para atuar nessas comunidades reconhecendo e valorizando o conhecimento adquirido por esses indivíduos e incentivando a não desvalorização, mas a conservação desses conhecimentos que vem sendo passados de geração em geração, podendo ser considerado um patrimônio cultural regional, principalmente os conhecimentos relacionados à agricultura familiar, que tem grande influencia no cotidiano dessas famílias. Sendo assim, o estudo que proponho volta-se à comunidade Camurituba Centro, situada no interior do município de Abaetetuba. Nesta comunidade as famílias tem sua base de sustento na produção de farinha de mandioca, sendo que até seu padroeiro é são Tomé, considerado o padroeiro dos roceiros.

Sendo assim, um dos objetivos deste trabalho é averiguar e mostrar se as famílias da comunidade Camurituba Centro, quando se trata do processo ensino-

aprendizagem escolar tem seus conhecimentos linguísticos preservados e se estes são aproveitados por parte dos professores como uma prática de construção de novos conhecimentos além de ter preservados suas raízes principalmente no campo da oralidade. Outro objetivo é verificar a perspectiva e o envolvimento dos jovens dessa comunidade com o ensino escolar, além de averiguar como os professores, que trabalham nessa comunidade, se apropriam desse conhecimento a fim de avançar no processo ensino aprendizagem desses alunos. É também nosso objetivo destacar o número de famílias que sobrevivem através do sustento da mandioca na comunidade e registrar pontos aonde a cultura local, principalmente quando se trata de termos utilizados no processo produtivo da farinha de mandioca, que é a base alimentar e financeira das famílias dessa comunidade analisada, influencia no espaço escolar.

Assim, neste estudo, que constitui originalmente o referido trabalho, a posição que assumimos enquanto pesquisador é a de que o processo de reflexão sobre a prática docente em meio aos conhecimentos regional e local assume papel imprescindível, senão, o mais importante, para a efetivação de uma organização do trabalho pedagógico voltado ao processo ensino aprendizagem significativo. É válido destacar ainda que as discussões outrora apresentadas servem de referência à compreensão sobre as relações sociais estabelecidas no processo de trabalho escolar, no que se refere aos dilemas enfrentados pelos agentes educacionais.

Seu pressuposto básico é que a apropriação da escola pelos elementos que a constituem, segundo uma concepção transformadora de educação, passa necessariamente pela apropriação crítica de suas relações sociais, processo que se dá através das lutas pela conquista do controle da organização de seu trabalho. Sabe-se de antemão que essas relações processam-se dinâmica e conflituosamente, expressando a correlação de forças que emergem da própria sociedade na qual essa escola está inserida. Diante disso, considera-se que estudando as relações sociais dentro do processo de trabalho de classe escolar, poder-se-á, de alguma maneira, desvelar processos mais amplos que estão presentes e interferem dialeticamente na dinâmica social como um todo. Buscando, então, fundamentar as bases teóricas e práticas que subsidiam as reflexões acerca da apropriação dos conhecimentos dos alunos de comunidades agrícolas tradicionais como precursor do desenvolvimento de habilidades cognitivas, seja do

aluno ou do professor. Dessa forma, este trabalho está organizado em três capítulos e uma conclusão.

No primeiro capítulo faremos um apanhado histórico sobre a questão agrária no Brasil e no estado do Pará, pois trata-se de pontos relevantes que precisam compor o universo dos professores, posto que a concentração de pessoas no campo, principalmente em comunidades agrícolas tradicionais, é um instrumento que faz parte da nossa sociedade desde sua formação fica em evidência que sua importância não é mero objeto social mas sim produtiva, e diz respeito a grandeza social econômica e territorial do nosso país.

No segundo capítulo abordamos reflexões sobre a formação docente tendo como eixo as mudanças no meio social e educacional, dado que a conjuntura das políticas de formação docente encontra-se inserida numa dinâmica que exige de nós estudos e análises. O docente faz parte da dinâmica escolar de maneira que mesmo carente de formação e informação, cabe a ele atuar a frente das exigências educacionais que atualmente permeia o meio educacional brasileiro, principalmente quando se trata da educação no campo, onde este agente educacional se depara com uma nova realidade seja ela do ponto de vista estrutural quanto do ponto de vista social visto, que nessas comunidades tradicionais a clientela tem uma forte influência da aprendizagem familiar, fazendo com que esses professores se sintam carentes de estratégias para desenvolver a aprendizagem dos alunos sem comprometer sua herança cultural. Analisaremos também como esses alunos se sentem dentro do espaço escolar e como vêm seus conhecimentos familiares no processo de ensino aprendizagem no ambiente escolar, além da importância da oralidade em seu contexto cultural e escolar.

No terceiro capítulo concentramos os estudos e as reflexões por nós delimitados através do tema do trabalho voltado à pesquisa de campo. Tendo, pois, vivenciado o caminho investigativo, nesse capítulo traçamos paralelos entre o enfoque que o campo teórico tem dado a prática docente articulada com uso da linguagem no espaço escolar e os dados levantados no vivenciar das professoras e dos alunos pesquisadas na escola São Tomé. Buscamos explicitar as experiências que as professoras e os alunos vêm vivenciando no decorrer dos últimos anos, tendo em vista que a linguagem utilizada pelos alunos em seu cotidiano familiar faz parte da realidade dessa unidade de ensino desde sua fundação, logo, existem sim,

várias situações que envolvem o processo ensino aprendizagem por elas vivenciadas com uso dessa linguagem.

E na conclusão, por meio de argumentações conclusivas, expusemos nossas percepções elaboradas a partir do caminhar metodológico por nós vivenciado no decorrer da elaboração deste trabalho. De fato, identificamos que a prática docente faz parte das discussões no campo educacional brasileiro como suporte que também é veículo de uma proposta democrática de educação.

Cabe, portanto ressaltar que durante o desenrolar das análises desenvolvidas neste trabalho, a dimensão subjetiva da práxis humana apresentou-se como fundamental para os rumos pelos quais o trabalho docente se norteou. Dessa forma privilegiaram-se as análises dessa natureza, na tentativa de discutir as questões relativas aos sujeitos – professores e alunos - em seu próprio processo de formação humana, perante as condições concretas da organização escolar, diante da nova realidade apresentada a eles no processo educativo.

1. Um breve histórico da questão agrária no Brasil.

Os primeiros habitantes do país segundo a história oficial, os indígenas, detinham a concepção da terra como um bem comum, e que a exploravam através da coleta de frutos e raízes, da caça de pequenos animais e do plantio preferencialmente da mandioca para complementar a dieta alimentar. Entretanto, a propriedade da terra não é um direito natural a eles concedido, ao contrário com a chegada dos europeus constata-se mudança de postura com relação à apropriação das terras, também o marco da imensa disparidade de concentração das mesmas e também dos conflitos que existem e se acirram pela aquisição da terra na atualidade.

Os primeiros habitantes do país segundo a história oficial, os indígenas, detinham a concepção da terra como um bem comum, e que a exploravam através da coleta de frutos e raízes, da caça de pequenos animais e do plantio preferencialmente da mandioca para complementar a dieta alimentar. Entretanto, a propriedade da terra não é um direito natural a eles concedido, ao contrário com a chegada dos europeus constata-se mudança de postura com relação à apropriação das terras, também o marco da imensa disparidade de concentração das mesmas e também dos conflitos que existem e se acirram pela aquisição da terra na atualidade.

Assim, Portugal, que tinha o Brasil como parte de seu império marítimo, autorizou o direito e obrigações de uso das terras a terceiros, conforme cita João Pedro Stédile (1997, p.9):

A primeira forma e distribuição da terra foi o sistema de capitâneas hereditárias, pela qual a Coroa destinava grandes extensões de terra a donatários, que eram sempre membros da nobreza portuguesa ou prestadores de serviços à Coroa. [...] Os donatários tinham o direito de repartir e distribuir parcelas de sua capitania, que eram chamadas de sesmarias, entregue àqueles que, além de interesse, apresentassem recursos para explorá-las.

Dessa forma, para ter acesso ao processo de concessões das terras amplamente privilegiado, distribuídos a poucos, que primeiramente necessitava-se manter vínculo com a nobreza, com o intuito de estabelecer a colonização, produzir gêneros voltados para o mercado exportador, gerar tributos e aumentar consequentemente a arrecadação para a Coroa.

Segundo João Pedro Stédile (1997, p.9), a solução encontrada para atingir os anseios da Coroa Portuguesa foi: essa situação explica a opção pelo latifúndio monocultor¹, que caracterizou a economia e a sociedade brasileira por vários séculos, sustentada pela mão-de-obra escrava indígena e africana.

Conforme, o citado autor, esse regime de concessão das terras perdurou durante séculos e com as transformações ocorridas na sociedade, nota-se claramente a má distribuição de terras e a necessidades de distinção entre propriedade e posse. Preocupados com tais fatores e a necessidade de cumprir a determinação, a primeira lei anti-escravagista Lei Euzébio de Queiroz, que proibia o

¹ Produção voltada para apenas um gênero agrícola . (Disponível em: <http://www.sua pesquisa.com>, acessado em 15/01/14)

tráfico negreiro, a Coroa Portuguesa para atender os anseios dos grandes latifundiários regula a Lei nº 601 de 1850 dando ênfase em sua ementa os seguintes dizeres:

Dispõe sobre as terras devolutas no Império e acerca das que são possuidoras por título de sesmarias sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica, e determina que medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas concedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de estrangeiros, autorizando o governo a promover a colonização estrangeira na forma que declara.

Verifica-se, que a referida lei excluiu a posse como forma de aquisição da terra. O registro imobiliário passou a ser a propriedade e acarretou consequências sociais evidenciadas de acordo com os ensinamentos do autor João Pedro Stédile (1997, p.11).

Essa lei determinava que somente poderia ser considerado proprietário da terra quem legalizasse sua propriedade nos cartórios, pagando certa quantidade em dinheiro para a Coroa. Essa lei discriminou os pobres e impediu que os escravos libertos se tornassem proprietários, pois nem uns nem outros possuíam recursos para adquirir parcelas de terra da Coroa ou legalizar as que possuíam. Por essa razão, após a libertação dos escravos, a maior parte deles optou por migrar para as cidades [...] nas cidades sem opção de moradia e de trabalho, formaram vilas paupérrimas, sobrevivendo à custa do subemprego ou da mendicância. A outra consequência social dessa lei foi a consolidação do grande latifúndio como estrutura básica da distribuição de terras no Brasil [...], assegurando assim, o domínio da principal riqueza do país: suas riquezas.

Assim, os movimentos camponeses constituíram-se tradicionalmente por reivindicações de acesso a terra e incorporados na pauta o debate político, direitos trabalhistas, políticas públicas para a agricultura, na atualidade incorporações de preocupações ambientais, etc.. E, sua mobilização passou-se a ser vista como resposta imediata, como consequência inevitável da situação existente, e, mais do que isso, como uma acirrada batalha por uma reforma agrária. Tal fato constata-se os versos do “Hino Camponês”, composto por Francisco Julião, em meados da década de 1950.

“Não queremos viver na escuridão

Nem deixar o campo onde nascemos
Pela terra, pela paz e pelo pão
Companheiros, unidos venceremos.

Hoje somos milhões oprimidos
Sob o peso terrível do cambão
Lutando, nós seremos redimidos
A reforma agrária é a solução²

Para Stédile (1997 p. 13-14), a partir da década de 60, as manifestações ocorreram tanto no campo como nas cidades e a discussão sobre a reforma agrária obteve significativos avanços.

[...] os movimentos camponeses tornaram-se mais forte com a melhor organização da classe e, sob a influência de organizações políticas e partidárias, consolidaram suas propostas e exigências de uma reforma agrária imediata [...] Intensificou-se o debate entre diferentes teses na sociedade brasileira e nos meios políticos e acadêmicos sobre a natureza do problema agrário brasileiro e suas possíveis saídas, mobilizando um setor que não havia se engajado nessa discussão.

Pode-se resumir esse debate nas ações efetivadas pelo governo no referido período com a criação da SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária) com fins direcionados para promover o processo de distribuição de terras localizadas a 100 quilômetros de cada lado das rodovias federais. Mas, com o golpe militar (1964 – 1984) foram derrubadas tais conquistas como cita Stédile (1997, p. 16).

Os vinte anos de regime militar no Brasil representaram um amordaçamento da questão agrária. Do ponto de vistas das teses de desenvolvimento do meio rural, o modelo adotado pelos governos desse período foi muito claro: estimular o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, baseando-se na grande propriedade latifundiária e atrelando-se aos interesses do capital estrangeiro, vinculado com um processo de industrialização acelerada na cidade, também nos investimentos de empresas multinacionais.

² *Apud* Medeiros, Leonilde Sérvelo de. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro, FASE, 1989. p.70.

Como apontamento, os movimentos sociais procuraram-se promover lutas de enfretamento em escala global à apropriação privada dos recursos naturais e também os conhecimentos tradicionais sobre os recursos da natureza, além de defenderem a soberania alimentar.

Como enfatizado acima a relação entre recursos naturais e governo é revelada por uma relação de poder, então se evidencia mais ainda a luta dos camponeses contra a apropriação indevida dos recursos naturais e pela preservação do conhecimento tradicional dos camponeses, não somente como uma luta política pelo controle dos recursos naturais, mas também como luta pela atribuição de sentido aos bens materiais, uma forma de produzir e relacionar-se com a terra. Segundo Diegues (2000, p. 30) esse conhecimento tradicional pode ser definido como um saber e o saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano/industrial e transmitidos oralmente de geração em geração.

Com o término da ditadura militar retorna-se a reforma agrária que na atualidade é reconhecida por todos os segmentos sociais, porém ainda perpetua o questionamento de como fazê-la e quais as terras desapropriar é o grande entrave.

Contudo, muitas propostas são apresentadas periodicamente, mas os avanços são lentos, pois se têm obstáculos de forte resistência como os grandes latifundiários e seus representantes políticos.

1.1. A função social da propriedade.

O termo função social foi empregado primeiramente por Augusto Comte (1851, p.74), onde defendeu a função social da propriedade. A propriedade deve atender a uma indispensável função social destinada a formar e administrar os capitais, pelos quais cada geração prepara os trabalhos seguintes.

O caráter funcionalista da propriedade com enfoque de o direito de propriedade não poderia ser exercido contra o interesse social. A partir de então, a Constituição Brasileira, bem como o estatuto da terra determinavam-se que a propriedade será garantida mediante o cumprimento da função social.

O autor José Afonso da Silva (1999, p.244) referiu-se a corporação do principio da função social na ordem econômica.

Já destacamos antes a importância desse fato, porque então, embora também prevista entre os direitos individuais, ela não mais poderá ser considerada puro direito individual, relativizando-se seu conceito e significado, especialmente porque os princípios da ordem econômica são preordenados à vista da realização de seu fim: assegurar a todos a exigência digna, conforme os ditames da justiça social.

Neste contexto, a intenção de se colocar a propriedade como função social é vista por muitos autores como meio de democratização de direito de propriedade, fazendo assim uma contra posição de que a propriedade privada é tão somente um direito individual.

Seguindo este pensamento acrescenta Stédile (1997, p.46) Implementar uma reforma agrária ampla, que atinja todo o país, significa democratizar a propriedade da terra. Os requisitos para essa transformação são os seguintes:

[..] definição de um tamanho máximo para a propriedade rural e das formas de propriedades existentes, dependendo da vocação natural e das perspectivas de desenvolvimento de cada região do país; regularização da terra de todos os pequenos produtores familiares que vivem hoje, como posseiros; democratização de acesso aos meios de produção necessários na agricultura; garantia da propriedade da terra e de sua função social através várias formas de titulação e legitimação, tais como concessão de uso, propriedade definitiva, título definitivo; proibição de cobrança de arrendamento da terra; proibição de venda de lotes pelos beneficiários da reforma agrária [..]

Vale ressaltar que não se está negando o direito de propriedade, apenas se está introduzindo um interesse preponderante, que corresponde ao interesse da coletividade, em busca de que a propriedade seja um mecanismo de justiça social. As propriedades rurais de pequeno porte são compostas por grande parte dos agricultores do país, geralmente por pequenos produtores rurais que cultivam diversas culturas e a criação de rebanhos, com pouca tecnologia e mão de obra exclusivamente familiar. Frequentemente, essas propriedades são desprovidas de aplicação de técnicas, tecnologias e conhecimentos científicos. Diante disso, sua produção agrícola ou agropecuária é de baixa produtividade.

Esse panorama rural encontra-se nessas condições em razão da falta de incentivos por parte das instituições governamentais, que não oferece linhas de crédito com acessibilidade em termos burocráticos, facilidade para pagar, amparo técnico e subsídio. Mesmo com as adversidades, esses pequenos produtores

abastecem com grande parte dos alimentos encontrados no mercado interno, tendo assim o papel de grande importância na sociedade.

Apesar da extrema relevância exercida por esses produtores rurais, quem realmente consegue incentivos de obtenção de créditos nas instituições financeiras são os grandes latifundiários, que por sua vez realiza investimentos em massa na compra de equipamentos e tecnologia. E, por consequência evidencia-se elevados índices de produtividade e por tanto alta lucratividade. A produção desses grandes produtores são geralmente monoculturas destinadas a exportação e não ao mercado interno. Essa questão é preocupante, pois os pequenos e médios produtores convivem com dificuldades produtivas, com baixa produtividade, baixo preço, altos custos, etc. Tais problemas forçam a venda das propriedades para os grandes latifundiários ou mesmo empresas que desenvolvem agropecuária de precisão.

O processo em destaque é evidenciado são comunidades foco da presente pesquisa e que merece uma reflexão para que não ocorra uma extinção da agricultura familiar e agrave ainda mais os problemas sociais e elimina o conhecimento a cerca do cultivo repassado de geração a geração.

1.2. Os avanços da produção agrícola no Pará em relação a mandioca na atualidade.

No período de 2006 a 2010 a produção agrícola foi de 4.177.110.067 toneladas de Lavouras Permanentes e temporárias no Brasil, sendo que no Estado do Pará, estas lavouras representam cerca de 45.999.449 de toneladas colhidas em uma área plantada de 5.023.804 de hectares. Nota-se que o setor agrícola tem sido fundamental para a econômica do Estado (IBGE, 2011).

O aumento da produção agrícola deve-se as inovações tecnológicas e a difusão de técnicas já existentes. Para (SOUZA, 1999) o aumento da produtividade agrícola, melhora o nível de vida das populações envolvidas e aumenta a oferta de alimentos. As inovações tecnológicas aplicadas têm origem segundo BRUE (2001) na eletrificação e mecanização das fazendas, melhoria das técnicas, administração da terra, conservação do solo, irrigação, desenvolvimento de colheitas híbridas,

disponibilidade de adubos e inseticidas, melhoria na criação e no tratamento do gado, e outros.

Há duas vertentes de análise da produtividade das propriedades rurais, a mais tradicional é a que sugere que a produtividade da terra é decrescente com o tamanho da propriedade, sendo que o produtor familiar é mais produtivo devido aos menores custos de gerenciamento. A segunda abordagem, mais atual, reafirma a relação decrescente da produtividade da terra em relação ao tamanho da propriedade, porém avança ao afirmar que a Produtividade Total dos Fatores (PTF) não é decrescente. De acordo com esta análise o produtor com maior nível tecnológico é o mais produtivo, havendo produtores eficientes de todos os tamanhos. Assim, passa a ser relevante estimular a mecanização da agricultura, de forma a aumentar a produção e a produtividade (MOREIRA *et.al.*, 2007).

A agricultura paraense tem destaque no crescimento econômico, fazendo com que a produção agrícola, exerça papel preponderante na geração de excedentes destinados a mercados locais, nacionais e internacionais (ESTEVAM, 1998).

De acordo com (SOUZA, 1999) a agricultura tem cinco funções básicas para economia, como: liberação de mão-de-obra para indústria, fornecedor de matéria prima e alimentos para o setor urbano industrial, gerador de divisas por meio de exportação de produtos agrícolas, transferência de poupanças para inversões na indústria e para implantação de infraestrutura econômica e social, e por fim construir mercados para bens industriais. Toda economia é beneficiada pela produção agrícola, na geração de alimentos e matéria prima para zona urbana e industrial, liberando mão-de-obra e gerando divisas externas através das exportações dos produtos.

Para a formulação de políticas públicas e privadas que fomentem o desenvolvimento dos Estados, faz-se necessário a identificação de pólos produtores das principais atividades agrícolas, no intuito de executar ações específicas de apoio para cada cadeia produtiva, compatíveis com as dinâmicas de produção e comercialização de cada município.

Na história brasileira, a paulatina modernização da agricultura atendeu prioritariamente a elite agrária, que detinha o poder econômico e, portanto, político. Isso vem ocorrendo desde a Lei de Terras de 1850, continuou com a promulgação da Constituição de 1891 e depois com o Código Civil de 1916, que buscou

regulamentar as relações de trabalho no campo, favorecendo a manutenção da grande propriedade (BASTOS, 2006). Durante aquele período, as políticas públicas forneceram os alicerces para que o capitalismo criasse condições de reproduzir-se no campo brasileiro.

Esse avanço foi viabilizado também por um ambiente institucional favorável, representado, entre outras medidas, pela criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, em que o Estado, associado ao capital financeiro e ao capital industrial, comanda a capitalização no campo, com a mudança na base técnica e a menor dependência da natureza (BASTOS, 2006). O crédito agrícola foi o vetor da modernização no Brasil, através de taxas de juros subsidiadas e de recursos fartos, articulando toda uma cadeia de atividades, que passou a responder aos determinantes estabelecidos pela política macroeconômica do país. Em torno desse crédito rural gravitaram as atividades de assistência técnica, pesquisa agropecuária, seguro, armazenagem e todo um conjunto de ações ligadas a agroindustrialização das matérias-primas do campo.

Nessa fase de intensificação da modernização, o Estado brasileiro reinava supremo, constituindo setores e definindo a ênfase das políticas. Segundo BELIK (1998), a característica principal dessa fase, que vai até o final da década de 70, foi à entrada do poder público como disciplinador de praticamente todos os aspectos da política agrícola. Na ausência, de agentes habilitados para promover essas políticas, o Estado tomava para si as tarefas e ocupava espaços (BOYER, 1990). Esse foi o caso da produção de insumos para a agricultura, pesquisa, seguro e até mesmo nas funções de comercialização doméstica e externa.

No Brasil, a agricultura familiar só começou a crescer a partir dos anos 1990, com a criação de políticas públicas, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além do revigoramento da Reforma Agrária. A formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária veio de encontro, em especial, das reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados, mas está fundamentada também em formulações conceituais desenvolvidas pela comunidade acadêmica nacional e apoiada em modelos de interpretação de agências multilaterais, como a *Food and Agriculture Organization* (FAO), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Banco Mundial (OLALDE, 2012).

Em 2004 foi criada a lei Nº. 11.097/05 dando continuidade ao Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), para ajudar a melhorar a renda dos agricultores familiares. Segundo MAGALHÃES (2009) o objetivo foi a implantação de forma sustentável, tanto técnica, como economicamente, a produção e uso do Biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda. Nesta perspectiva de inclusão social, o PNPB privilegiou na produção de biodiesel os pequenos agricultores das regiões semiáridas com a cultura de plantas nativas (mamona, pinhão manso, dendê...).

No Estado do Pará, no período de 2006 a 2010 houve um aumento na produção de dendê, cana-de-açúcar, milho, banana e principalmente mandioca essa produção está se maximizando, devido ao aumento de tecnologia e valorização do preço no mercado. Quando tratamos do plantio da mandioca tratamos de um produto genuinamente brasileiro. Ela é produzida em todos os Estados do País, com custos de produção relativamente baixos em relação às outras culturas agrícolas, além de ser uma cultura com poucos riscos e com baixos investimentos.

A mandioca é uma planta dicotiledônea, da família Euphorbiaceae e gênero *Manihot*, originária das Américas (SOUZA, 2004). O governo do estado do Pará é grande incentivador da cultura da mandioca, viabilizando ações por intermédio da Secretaria de Agricultura aos pequenos produtores rurais. Os resultados do Programa Pró-Mandioca têm mostrado que a cultura responde com alta produtividade, quando manejada com tecnologia adequada (CARDOSO, 2004). A tecnologia de farinhas mistas pode ser empregada, desde que a substituição parcial da farinha de trigo por outros tipos de farinhas não ocasione prejuízo à qualidade final dos produtos elaborados (EL-DASH, 1994).

Dentre esses produtos, destaca-se o bolo. Produto esse que vem apresentando sinais de sofisticação, sendo elaborados com recheios, frutas cristalizadas, gotas de chocolate, e também a partir de produtos que apresentem vida de prateleira prolongada. Observa-se também o crescimento da linha de “merendas”, ou seja, de pequenos bolos em embalagens individuais, para consumo como lanche ou *snack*, destinados principalmente ao público infantil (SCHAMNE, 2007).

A utilização da fécula de mandioca, em substituição de parte da farinha de trigo, na fabricação de pão, macarrão e biscoito, tem sido tema de muitas pesquisas, realizadas por órgãos oficiais e é assunto de reportagens em revistas

especializadas. Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 5332/09, da deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), que exige a adição de farinha, de raspa ou de fécula de mandioca ao trigo adquirido pelo Poder Público. A proporção adicionada à farinha de trigo deverá ser de 3% no primeiro ano de vigência da nova lei, elevada para 6% no segundo ano e para 10% no terceiro ano (BRASIL, 2012).

Um dos resíduos gerados na cultura da mandioca, especificamente no processo de colheita das raízes, é a folha. As proteínas das folhas de mandioca são alternativas de proteínas vegetais. Devido a sua fácil disponibilidade, podem ser utilizadas como suplemento alimentar, tanto para o homem como para animais. As folhas de mandioca são ricas em proteínas, vitaminas e minerais de baixo custo, todavia são normalmente desperdiçadas (MADRUGA & CÂMARA, 2000).

Todavia o consumo das folhas de mandioca fica limitado, por fatores como, a presença de substâncias antinutritivas e/ou tóxicas e o elevado teor de fibras alimentares que não podem ser digeridas no estômago de animais monogástricos (MODESTI, 2006). A mandioca é uma planta nativa do Brasil sendo cultivada em todas as unidades da federação. Dos 5.564 municípios Brasileiros, 4.722 informaram o plantio em 2005 (IBGE, 2011), sendo o Pará o estado com a maior produção logo após os estados da Bahia e Paraná.

Dentre os dez maiores municípios produtores de mandioca no país, seis estão localizados no Pará, sendo o primeiro da lista e o município de Acará, responsável por 3.119.600 toneladas, no período do estudo, com um aumento da produção em 2007 e um pequeno decréscimo em seguida. Em relação aos demais municípios que apresentaram um aumento na produção, estão principalmente os municípios de Alenquer e Santarém, que tiveram um aumento considerável em 2010 no valor da produção. Isto se deve, porque nestes municípios o uso de tecnologia é maior, indicando que a mandioca produzida pelos pequenos produtores nos municípios de Santarém e Alenquer, é mais lucrativa que a dos grandes produtores.

Pelo fato da farinha de mandioca ser à base da alimentação do paraense, nota-se uma grande produção estadual, mesmo em níveis tecnológicos baixos. A mandioca é vendida na forma de farinha, o que, segundo ALVES & CARDOSO (2008), é economicamente menos viável do que se fosse comercializada na forma de raiz. Isto se deve a pouca tecnologia usada e conseqüente ineficiência no processo de preparação da farinha.

2. Relação escola e família e educação no campo.

O presente capítulo visa fazer uma abordagem sobre a importância da Interação entre Escola e Família no Processo Pedagógico para uma educação de qualidade, sobre as atuações dos profissionais em educação, principalmente aqueles que trabalham no campo, e o que eles tem feito para que ocorra essa interação entre a escola quanto a família, alcancem um objetivo em comum que é de proporcionar as crianças uma educação de qualidade.

Nesse sentido objetivamos realizar uma abordagem teórica, para melhor entender as mudanças ocorridas nessas duas instituições, verificando o que as fizeram se afastar uma da outra. Também investigamos a influência desta parceria como contribuição na melhoria da qualidade de ensino.

A escola como detentora do conhecimento científico deve fornecer e promover nessa relação, todo seu conhecimento de forma que esse esforço leve em consideração os aspectos particulares da situação social e cultural hora vigente, e que influenciam de forma decisiva o equilíbrio familiar, por sua vez as famílias, responsáveis pelo desenvolvimento social e psicológico de seus filhos, devem buscar a interação com a escola, promovendo, questionando, sugerindo e interagindo de forma a fornecer elementos que através de discussões e ampla comunicação com os educadores promovam as iniciativas que vão de encontro às necessidades dos educando, pois segundo OSORIO(1996, p 82).

Costuma-se dizer que a família educa e a escola ensina, ou seja, à família cabe oferecer à criança e ao adolescente a pauta ética para a vida em sociedade e a escola instruí-lo, para que possam fazer frente às exigências competitivas do mundo na luta pela sobrevivência (OSORIO, 1996, p.82).

Mas, como sabemos a sociedade tem passado por profundas mudanças nas últimas décadas, mudanças estas que tem afetado de forma fundamental a estrutura e equilíbrio das famílias. A escola também, ainda que de forma mais lenta e compassada, tem procurado se adaptar a essas mudanças, mas o que se espera da escola nos nossos dias é a interação entre ambas, promovendo uma maior eficiência na educação e ensino das crianças sendo essa lentidão se torna maior nas escolas das zonas rurais, pois as mesmas não conseguem acompanhar esse dito desenvolvimento que se dá primeiramente nos centros urbanos com total

ausência dessas mudanças que a escola tem que promover como responsável direta de educar seus filhos; os pais suprem suas necessidades básicas, mas não com total efetividade, pois muitas das vezes sua carga de conhecimento não é bastante para preparar as crianças deixando ausentes alguns conhecimentos, pois necessitam que o sistema escolar não cumpra sua função. Como menciona Bassedas et al (1996, p.33) “família como sistema possui uma função psicossocial de proteger os seus membros e uma função social de transmitir e favorecer a adaptação, à cultura existente”. E é esse conhecimento cultural que tem maior influencia entre essas crianças de comunidades rurais pois essa é a maior carga semântica que esses pais tem a oferecer a seus filhos, como afirma Bock (2004 p.249):

A família, do ponto de vista do individuo e da cultura, é um grupo tão importante que, na sua ausência, dizemos que a criança ou o adolescente precisa de uma “família substituta ou devem ser abrigados em uma instituição que cumpra suas funções materna e paterna, isto é, as funções de cuidados para a posterior participação na coletividade.

E partindo desse pressuposto de que a família muitas das vezes exerce um papel imprescindível na educação das crianças principalmente aonde a escola não é tão efetiva como nas comunidades rurais que surge a discussão sobre como lidar com esse ensino quando o conhecimento escolar chega ate essas comunidades e de como essa relação tende a se dar, pois conforme Jardim, (2006) a relação escola e família vêm sendo muito discutida nos últimos tempos. A grande dúvida é saber os limites entre os deveres da família e os da escola. Como se sabe, não é a escola e sim a família que proporciona as primeiras experiências educacionais à criança.

A família é o berço da formação de regras, princípios e valores, outras instituições assim como a escola, possuem também papel muito importante nesta formação moral, a escola se organizando de forma democrática, oportunizando uma vivência cidadã. Dessa forma, promovem o nascimento crescimento do respeito mútuo e o desenvolvimento da autonomia, ingrediente para formação moral (SANDI, 2008, p.34).

E nesse ambiente escolar que o professor tem que mudar suas atitudes, pois hoje esses professores se colocaram em suas salas de aula, como meros transmissores de seus conhecimentos, hoje deparam com uma realidade onde

apenas transmitir tais conhecimentos não basta, é preciso ir além das salas de aulas e em muitos casos fazer o papel dos familiares, na transmissão de valores e princípios, o que faz de educar realmente mais que um mero ganha pão, mas um ato de amor, como disse Paulo freire.

Os métodos de ensinamentos dos professores também precisam ser revistos, as verdades que acreditam serem absolutas hoje podem não serem mais verdades, as crianças que eram receptoras passivas de todo conhecimento transmitido pelos professores hoje com acesso a outras formas de transmissão de conhecimento, assistem as aulas com uma visão mais crítica desses conhecimentos transmitidos, esse não pode mais ser o único papel do professor, que deve sim, agir como intermediário e com interdisciplinaridade, deve ser polivalente.

Sabemos que muito tem sido transferido da família para a escola, funções que eram das famílias: educação sexual, definição política, formação religiosa, caráter, dança, entre outros. Com isso a escola vai abandonando seu foco, e a família perde a função.

Além disso, a escola não deve ser só um lugar de aprendizagem, mas também um campo de ação no qual haverá continuidade da vida afetiva. A escola poderá desempenhar o papel de parceira na formação de um indivíduo inteiro e saudável. É na escola que se deve conscientizar a respeito dos problemas do planeta: destruição do meio ambiente, desvalorização de grupos menos favorecidos economicamente, etc. Deve-se falar sobre amizade, sobre a importância do grupo social, sobre questões afetivas (SUTTER, 2007, p.01).

Portanto é nessa perspectiva de que o papel do professor deve ser mais efetivo no processo ensino aprendizagem voltado não somente ao conhecimento escolar, mas também do conhecimento social, cultural dos alunos, que voltamos nossa pesquisa aos alunos de comunidades rurais, posto que se no espaço urbano tanto a escola quanto a família enfrentam uma realidade tida como adversa, no espaço agrário essa disparidade e desafios se tornam cada vez mais evidentes, ao ponto de centrarmos nossa discussão de como esse professor pode efetivar suas práticas sem que perca o norte em que concerne a educação escolar e a diversidade cultural dessas comunidades, principalmente quando tratamos da oralidade.

2.1. Uma análise do professor no campo e suas perspectivas.

Fruto das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, a educação do campo expressa uma nova concepção quanto ao campo, o camponês ou ao trabalhador rural, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em torno da educação. Em contraponto à visão de camponês e de rural como sinônimo de arcaico e atrasado, a concepção de educação do campo valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável.

Nos últimos anos essas iniciativas por parte do estado no âmbito da oferta de educação pública e da formação de profissionais para trabalhar nas escolas localizadas no campo e nas zonas rurais. Nos dias atuais, Secretarias Municipais e Estaduais de Educação têm organizado eventos de formação continuada de professores e seminários objetivando a discussão e a construção de políticas públicas voltadas a educação do campo. Essas políticas visam uma melhor preparação desses profissionais para que possam lidar com situações novas que não são registradas nas escolas localizadas nas cidades, principalmente no que diz respeito ao universo sociolinguístico e cultural dessas comunidades, pois partindo do conceito de cultura, esses professores tem que estar preparados para criar metodologias ou até mesmo se apropriar das já existentes para que seu trabalho seja eficaz dentro dessas comunidades, pois desde os anos 60, Paulo Freire "revolucionou a prática educativa, criando os métodos de educação popular, tendo por suporte filosófico-ideológico os valores e o universo sociolinguístico-cultural desses mesmos grupos" (Leite, 1999, p. 43). As comunidades rurais podem e devem ser consideradas um lugar onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade tendo a certeza de que sua identidade cultural esta sendo preservada pelos professores que trabalham nessas comunidades

A emergência da educação do campo e nas comunidades rurais caracteriza-se pela ausência de experiência do professor, que não tem formação consistente para o trabalho nas escolas localizadas nessas áreas. Esta ausência de experiência exige a busca de uma prática criadora de alternativas para a educação do campo, reafirmada nos encontros estaduais, nacionais e conferências sobre educação do campo.

O marco da inserção da educação do campo na agenda política e na política educacional pode ser indicado a partir da LDB 9394/96, ao afirmar, em seu artigo 28, a possibilidade de adequação curricular e metodologias apropriadas ao meio rural; flexibilizar a organização escolar, com adequação do calendário escolar. Na sequência, houve a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, destacando que:

A educação do campo tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações de sociedade humana. (Brasil, 2001, p. 1)

O grande desafio da escola quando se trata do professor hoje é contribuir para formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes. Trata-se de uma tarefa complexa que exige da escola um movimento que ultrapasse temas, conteúdos e programas. Nessa realização, percebemos o verdadeiro sentido da palavra cidadania e isso só poderá ocorrer nas comunidades rurais se o professor refletir sobre como se pode valorizar a cultura e a diversidade contidas nessas comunidades, pois como diz Trindade (2000 pág. 17) “A questão que se coloca é a importância de se entender a relação cultura e educação. De um lado está a educação e do outro a ideia de cultura como lugar, a fonte de que se nutre o processo educacional para formar pessoas, para formar consciência”.

Nesta perspectiva a abordagem do termo diversidade cultural é um tema atual e relevante a partir do momento em que a “escola” desenvolve um ensino que procura atender a diversidade cultural de sua clientela. Por isso a escola precisa estimular as diferenças e dar significados para oportunizar e produzir saberes em diferentes níveis de aprendizagens, segundo Soares (2003 pág. 161).

As diferenças fazem parte de um processo social e cultural e que não são para explicar que homens e mulheres negros e brancos, distingue entre si, é antes entender que ao longo do processo histórico, as diferenças foram produzidas e usadas socialmente como critérios de classificação, seleção, inclusão e exclusão.

Assim podemos compreender que é fundamental no processo de aprendizagem e compreensão necessária para que se possa vê-lo “diferente” em suas complexidades de formas de relações humanas e suas afirmações, significações e ressignificações. Sabendo que, a diversidade cultural está presente diariamente no contexto escolar, expressando-se na nossa música, na dança, na culinária, na nossa língua portuguesa e entre inúmeras atividades em nosso cotidiano.

Por isso, a escola deve propor a apropriação política do conhecimento científico e da cultura em geral não perdendo de vista o aspecto fundamental, ou seja, a noção de que o conhecimento não constitui uma série de informações técnicas a serem aprendidas pelos alunos, mas de construção de saberes.

Nessa perspectiva, se descortina um vasto campo de possibilidades, pois, “o saber do povo” designa muitas formas de conhecimentos expressas nas criações culturais dos diversos grupos de uma sociedade. O processo educativo segundo Freire é organizado na relação entre currículo, conhecimento e cultura. É pensando nessa valorização da diversidade cultural que apresentaremos uma pesquisa sobre a importância de se trabalhar a diversidade cultural.

Para tanto o professor ao trabalhar nessas comunidades rurais deve levar em consideração o conhecimento que surgiu e foi acumulado em decorrência das experiências vividas por esses alunos propiciando aos mesmos incentivando-o a analisar o contexto de diferentes épocas e localizar no tempo o modelo de sociedade no qual está inserido permitindo a ele entender como a sociedade atual é a evolução histórica de um processo político, social, cultural e econômico que se originou no passado e que continua a ser construído no seu dia a dia, através da ação dos sujeitos na história de acordo com Paulo Freire (1999 pág. 41),

O homem cria a cultura na medida que, integrando-se nas condições de seu contexto de vida reflete sobre ela e dá respostas aos desafios que encontra. Cultura aqui é todo resultado da atividade humana, do esforço criador e recriador do homem, de seu trabalho por transformar e estabelecer relações dialogais com outros homens.

3. Análise dos dados coletados e a visão do professor e do aluno segundo a oralidade.

A introdução da educação escolar no ensino de crianças e jovens de comunidade rurais foi decantada por uns como panacéia para a educação e apontadas por outros como destruidora de um processo de socialização fundamental ao ser humano. Talvez possamos, então, examinar essa questão sem tanto encantamento e sem tanta execração. Isto tudo é fundamental, a não ser que docentes e diretores se disponham a atuar como meros instrumentos de orientações mecânicas, em vez de serem condutores realmente de um processo educativo. Porém, antes de tudo não devemos esquecer que:

A educação consiste, pois, de uma prática social que envolve o desenvolvimento dos indivíduos no processo de sua relação ativa com o meio natural e social, mediante a atividade cognoscitiva necessária para tornar mais produtiva, efetiva, criadora atividade humana (LIBÂNEO, 2002, p. 142).

Se entendermos que a educação extrapola as ações imediatas que todos os seres humanos vivem diariamente, é de suma importância, portanto verificar que educar significar politizar, informar, trabalhar as formas e os meios para que os sujeitos venham adquirir cidadania conforme a sua formação social, que a escola necessita fornecer aos indivíduos. Por essa razão é valioso analisar que o uso dos conhecimentos linguísticos utilizados pelas pessoas de comunidades rurais no ensino, surge como instrumento que precisa ser reconhecido como tal. Daí o vem o nosso entusiasmo quanto a possibilidade de fazer da escola um local de formação e ao mesmo tempo de valorização da cultura local. Teceremos esse capítulo a partir dos olhares das duas professoras que trabalham na comunidade Camurituba centro, suas perspectivas sobre a cultura local e de como se apropriam desse conhecimento. Teceremos também algumas considerações de como os alunos veem o espaço escolar e de como se sentem nesse espaço junto as atividades escolares.

Tornou-se relevante neste sentido, nesse capítulo um estudo que possibilita a reflexão sobre como tem sido trabalhado a valorização da cultura local nas comunidades rurais, no contexto escolar, desvelando as possibilidades e dificuldades encontradas nesse processo. Com intuito de chegarmos a fontes

verdadeiras focada em nosso estudo e especialmente visando responder as questões investigativas por nós levantadas neste trabalho, optamos por caminhar metodologicamente por meio da efetivação de uma pesquisa de campo. Ludke e André (1986) ressaltam que esse tipo de pesquisa amplia os espaços investigativos e garante ao pesquisador aproximar da realidade onde seu objeto de estudo faz parte sendo que selecionamos a Escola Municipal São Tomé, localizada na área rural do município de Abaetetuba - Pará.

Nessa instituição aplicamos como instrumento de nossa pesquisa o questionário aberto. Chizzotti (2002) entende que o uso desse instrumento dá ao pesquisador meios de adquirir informações pertinentes ao seu objeto de estudo. Nossa intenção acadêmica é produzir reflexões teóricas acerca do uso do conhecimento linguístico adquirido no âmbito familiar e social como mecanismo de aprendizagem.

Esses questionários abertos foram respondidos pelas duas professoras que estão lotadas na escola e por dois alunos do 6º ano do ensino fundamental. Para termos subsídio suficiente sobre os pontos investigativos focamos em três indicativos que fazem parte da realidade da escola pesquisada, são eles: a primeira relativa à idade e tempo de magistério dos agentes investigados, a segunda, objetivando coletar dados sobre a formação destes atores e a terceira com o propósito de captar a realidade, as expectativas, receios e preocupações dos participantes sobre a utilização da linguagem local nas atividades escolares. Para dar sentido a essa perspectiva utilizaremos a fala das professoras e dos alunos como suporte de nossa pesquisa, e como suporte organizativo vinculado a pesquisa utilizaremos códigos para identificar os sujeitos da pesquisa, são eles: Professoras – P.1 e P.2, Alunos – A.L.1 e A. L.2, trata-se de uma forma de situar o leitor quando as discussões que pretendemos apresentar no referido trabalho.

Assim, objetiva-se adquirir informações sobre o alvo de investigação deste trabalho. A Escola São Tomé, pertence a rede municipal de ensino e atende alunos originários da zona rural e centro. Como se percebe, a abrangência da escola não é muito extensa, este aspecto de certa forma é fruto da referida instituição ter sido fundada visando atender somente os alunos da comunidade em questão, bem como no processo de organização da inclusão dos mesmos no ensino comum.

Quanto as informações adquiridas por meio da pesquisa de campo através da coleta de informações na referida escola, vivenciamos o reconhecimento do espaço

físico. A escola possui num total de 04 turmas: uma turma atende alunos de educação infantil, 03 turmas atendem alunos do ensino fundamental, sendo uma delas com alunos multisérie. A escola não possui atendimentos específicos apesar de possuir em sua clientela alunos portadores de deficiência, as professoras trabalham com recursos sem apoios pedagógicos adaptando os recursos conforme a necessidade de cada aluno em suas salas de aula.

Todos esses dados referem-se à conjuntura que a escola está envolvida. No cotidiano dessa comunidade existem diversas dificuldades que dificultam a efetivação de um trabalho qualitativo no que diz respeito a uma proposta pedagógica realmente plausível no ambiente escolar. Por exemplo, até os dias atuais a infraestrutura da escola continua a mesma: não há rampas, os banheiros não são adequados, etc. Sem contar que surgem diversas situações que não dependem somente da equipe de trabalho para serem solucionadas. Além disso, a atividade produtiva da comunidade influencia diretamente no desenvolvimento educativo dos sujeitos que fazem da escola lugar de aprendizagem.

3.2. As experiências docentes e a linguagem local na escola sob o foco de análise

No que diz respeito à pesquisa de campo, as professoras pesquisadas, juntamente com os alunos, responderam alguns questionamentos referentes a esta pesquisa. Veja abaixo as respostas que representam as experiências das professoras pesquisadas:

QUADRO 1 – PERGUNTAS PARA OS PROFESSORES

PERGUNTAS	RESPOSTAS	
	P.1	P.2
Qual a sua formação?	Ensino superior com habilitação em matemática.	Ensino Médio no antigo Magistério.
Há quanto tempo você trabalha com educação no	Há quinze anos na mesma comunidade, pois moro aqui desde criança.	Na educação no campo trabalho há quatro anos, mas exerço a profissão há dez anos

campo?		
Como você vê o processo ensino aprendizagem dos alunos em relação à oralidade?	Pelo meu tempo de serviço com educação no campo não sinto muita dificuldade para trabalhar a oralidade com os alunos mesmo porque eu moro nessa comunidade desde que eu nasci	Quando comecei a trabalhar com educação no campo me senti deslocada, pois foi como um mundo novo principalmente quando se tratava da oralidade. Hoje já me sinto mais a vontade para trabalhar com os alunos
Você se sente preparada para trabalhar com a educação no campo?	Eu me sinto a vontade e preparada, pois nasci e cresci dentro de uma comunidade rural.	Mesmo tendo passado quatro anos ainda me sinto um pouco insegura para trabalhar com a educação no campo mesmo porque ainda não tenho formação acadêmica
Quais as estratégias que você utiliza dentro do espaço escolar com esses alunos quando se trabalha a oralidade?	Eu utilizo cantigas de roda, produção de textos e aulas fora do espaço escolar. Visando que esses alunos conheçam o conhecimento escolar sem que percam suas raízes.	Incentivo os alunos a produção de textos voltados para atividades praticadas dentro da comunidade incentivando o debate e a criação de um vocabulário com termos utilizados entre eles principalmente aqueles voltados a produção da farinha.

FONTE: Pesquisa de campo 2014

Fazendo uma análise no aspecto formativo dos docentes pesquisados, P.1 e P.2, observamos que somente P.1 possui graduação enquanto a outra só possui a formação no antigo curso de magistério. Porém é valioso frisar que existem diferenças formativas, a qual não é bastante para afirmarmos que a prática de uma ou de outra não é consistente. Candau (1997) afirma que o núcleo de aprendizagem do professor é movido pelos saberes pedagógicos adquiridos ao longo de muitos anos na sala de aula. Isto nos leva a crer que, por mais que existam diferenças quanto à formação profissional cada professor tem sua identidade pedagógica afirmada no cotidiano de suas práticas no ambiente escolar.

Quando questionada a professora P.1, afirmou ter nível superior, mas apenas em uma área do conhecimento: a matemática, sendo reduzido consideravelmente seu leque pedagógico para trabalhar as outras habilidades com os alunos sendo que essa carência pode ser suprida com o conhecimento cotidiano, pois a mesma professora afirma que se sente a vontade para trabalhar com esses alunos por ter

nascido e crescido na comunidade analisada tendo, portanto, familiaridade com o tipo de linguagem utilizada pelos membros da comunidade desde os mais velhos até os mais novos.

De acordo com nossa percepção, nas vozes dos docentes fica claro que o contato com o cotidiano da referida comunidade não é uma novidade, porém quando tratamos dos recursos didáticos e das metodologias podemos perceber que os conhecimentos adquiridos pelos docentes relacionam-se aos antigos recursos tanto que para a docente P.2, com relação às experiências e práticas pedagógicas a mesma se sente ainda um pouco deslocada para trabalhar, haja vista que o contato com a comunidade estava se dando de forma mais didático- pedagógica na escola diferenciando-se da docente P.1, que faz parte da comunidade e vive o cotidiano dos alunos.

Quando questionadas sobre como as mesmas trabalham essa variedade linguística voltada à oralidade as duas professoras quase que se utilizam das mesmas estratégias com exemplo as duas citaram as cantigas de roda que eram cantadas pelos seus pais. Esse tipo de estratégia visa captar a oralidade, ou seja, como determinados vocábulos são pronunciados e verificar como esses vocábulos são apropriados pelos alunos e utilizados em sala de aula. A docente P.2, afirma que além das cantigas de roda, se utiliza também da linguagem utilizada pelos alunos e seus familiares dentro de sua atividade produtiva, sendo que essa comunidade vive da produção da farinha de mandioca de forma artesanal e de sua comercialização. Segundo essa docente, a linguagem utilizada nas casas de farinha é tão rica que a deixou impressionada com alguns vocábulos catalogados na tabela abaixo:

QUADRO 2 – RELAÇÃO DE PALAVRAS LOCAIS

PALAVRAS UTILIZADAS PELAS FAMILIAS NA PRODUÇÃO DE FARINHA	
PALAVRAS	SIGUINIFICADOS SEGUNDO OS ALUNOS
Tirar a muque	Arrancar o pé de mandioca que estão muito profundos na terra com as

	próprias mãos.
Coivara	Arrancar os tocos de arvores que sobram após a queimarem a roça.
Roça	Área desmatada e queimada para o plantio da mandioca servindo também para outras culturas.
Lêra	Pés de mandioca plantados em fileiras dentro do roçado com o objetivo de facilitar a limpeza do mesmo.

Fonte: Pesquisa de campo 2014

Esses vocábulos são utilizados tanto no ambiente familiar como na escola deixando claro a dimensão que o conhecimento familiar vem influenciando o aprendizado desses alunos dessa comunidade dentro do espaço escolar.

As docentes pesquisadas também fazem uso do meio social para ministrarem suas aulas fora da sala de aula como passeios a outras comunidades e à cidade para visitação da biblioteca municipal, a feira da cidade, e até mesmo a capital do estado para conhecerem pontos turísticos que vem a ser um dos meios viáveis que levam os alunos a obterem o acesso aos conhecimentos diferenciados que servem de referência educativa para os seres humanos. As docentes responderam que consideram importante explorar o que a comunidade, outros espaços e a família têm a oferecer na constru o do conhecimento dos alunos que são seus filhos e herdeiros de suas raízes.

Portanto, durante a pesquisa realizada junto às professoras, constatou-se que a rela o escola e família   imprescindível, pois a família como espaço de orienta o e constru o da identidade de um indivíduo deve promover, juntamente com a escola, uma parceria para contribuir no desenvolvimento integral da criança e do adolescente, seja ela no campo ou na cidade. Como prova de tal importância desta intera o entre ambas as institui es, estão exemplos de sucesso, onde através da participa o das famílias na vida escolar das crianças, obteve-se uma melhora considerável na aprendizagem e comportamento.

Dentro de uma análise contextual, pode-se explicitar que   impossível nos dias atuais o docente se isolar do contexto social das comunidades aonde trabalha,

dado que as informações que podem ser agregadas aos conhecimentos escolares pode ser de suma importância para o desenvolvimento do aluno na escola, de acordo como o professor transforma esses conhecimento em previsões didáticas e pedagógicas, já que alunos e professores somam suas práticas sociais também por meio do uso da oralidade.

QUADRO 3 – PERGUNTAS PARA OS ALUNOS

PERGUNTAS	RESPOSTAS	
	AL1	AL2
Como você vê o espaço escolar?	Quando comecei a estudar não sentia vontade de ficar na escola, mas com o passar do tempo comecei a gostar das atividades que a professora faz com agente	Vejo como um espaço bom, pois agente aprende o que é necessário pra ser alguém na vida.
Qual a sua dificuldade no processo ensino aprendizagem?	Sinto dificuldade quando a professora manda agente fazer ditado ou agente falar sobre nossa comunidade	Minha maior dificuldade é quando a professora esta explicando o assunto, pois tem palavras que eu não conheço e tenho vergonha de perguntar.
Você se sente a vontade no espaço escolar fazendo atividades voltadas a oralidade?	Não me sinto muito bem quando a professora dita e eu não sei direito escrever a palavra	Não me sinto muito bem quando vou explicar alguma coisa e a professora não entende algumas palavras que eu falo e pede para explicar
Dentro do espaço escolar você utiliza palavras utilizadas no seu ambiente familiar?	Acho que sim, pois quando estou explicando nem percebo como falo só presto atenção quando a professora pede para eu explicar aquilo que falei e registrar no caderno.	Utilizo, mas as vezes fico com vergonha pois não sei se e certo falar como falo em casa.

FONTE: Pesquisa de campo 2014

No contexto das falas dos alunos pesquisados existem peculiaridades que deixam claras que há resistência entre eles de praticar as atividades no ambiente escolar quando se trata de envolver atividades que tratem tanto de assuntos que fazem parte do conteúdo escolar, integrados a realidade da comunidade e ao processo ensino aprendizagem. Também observamos nas falas acima que o outro ponto que interfere significativamente no processo de ensino e aprendizagem está relacionado a preocupação em não errar, levando ele a não entender as atividades propostas pelas professoras quando se trata a oralidade.

Partindo dessa ótica identificamos que os alunos ao terem contato com o espaço escolar sentem uma aversão num primeiro momento que é superada com a proposta das professoras de se utilizar do espaço da comunidade e de outros espaços fora da comunidade, se tornando de certa forma suficiente para atender e transformar essa aversão dos alunos em perspectivas de uma melhoria de vida.

Entretanto, é válido citarmos que a utilização de metodologias voltadas para aulas fora do espaço escolar como mecanismos de aproximação do aluno nem sempre são adequadas se não houver um planejamento de como se deve trabalhar nesse espaço que pode se esgotar se o professor não estiver seguro dos seus objetivos enquanto mediadores de conhecimentos, e é por esse motivo que os professores que trabalham em comunidades rurais tem que ter o mínimo de formação nessa modalidade de ensino para que possam se apropriar desse conhecimento da comunidade e promover com efetividade e segurança o desenvolvimento dos alunos.

Quando questionados sobre como se sentem no espaço escolar os alunos pesquisados responderam que não se sentem muito a vontade, mas quando estão praticando atividades fora do espaço escolar se sentem a vontade de se expressar e de aprender, pois segundo eles as aulas se tornam mais prazerosas tornando valida a pratica das professoras. Quando questionados se eles se utilizam de palavras do seu cotidiano familiar dentro do espaço escolar o aluno A.L.1, afirma que se utiliza e nem percebe, pois não vê diferença no seu modo de falar, já o aluno A.L.2, diz que se utiliza, mas sente vergonha, pois não sabia se era certo ou errado utilizar essas palavras na escola mostrando mais uma vez a importância do professor como mediador do conhecimento, incentivando o aluno a valorizar sua cultura e quebrar esse paradigma entre o que é certo ou errado de ser ensinado dentro do espaço escolar, principalmente dentro de comunidades rurais tradicionais.

O que temos em vista nesta pesquisa é a sensibilização dos alunos e dos professores que trabalham nessas comunidades para uma reflexão sobre a importância de se trabalhar a diversidade cultural, pois o que queremos observar é como a diversidade cultural, partindo da oralidade, através da troca de experiências contribui no processo de ensino aprendizagem. Ao entrevistar as professoras e os alunos, constituiu-se num raro momento de aprendizagem, na fantástica oportunidade de partilhar a experiência acumulada por esses agentes dentro dessa comunidade.

Na verdade, este estudo conduz o leitor a se inteirar do universo da linguagem utilizada dentro da comunidade Camurituba Centro, onde eles aprenderam desde crianças sabendo a pronuncia e seu significado tanto do ponto conotativo quanto do ponto denotativo, sendo valorizada dentro da comunidade pelas crianças, jovens e adultos, e mesmo no espaço escolar, promovendo essa miscigenação da linguagem para que essa tradição oral não desapareça com o tempo.

Para execução da presente pesquisa, além dos questionários analisados acima, foi feita uma atividade para identificar as marcas culturais observadas na oralidade. Foi aplicado um jogo denominado verdadeiro ou falso, cujo objetivo era explorar o conhecimento dos alunos, principalmente dos participantes, da pesquisa sobre os termos utilizados no seu cotidiano dentro da comunidade.

Essa atividade visava propor aos alunos identificarem as palavras que fazem parte da cultura de nossa região e da cultura local. Esta atividade teve como objetivo proporcionar aos alunos noções básicas em palavras da cultura de nossa região e local. Iniciamos a atividade com explicações acerca da temática e a partir da utilização de cartazes. Onde aplicamos um jogo que tinha como objetivo relacionar a cultura regional e local. O jogo constava de várias fichas de papel mencionando a cultura erroneamente, e os participantes deveriam apontar os erros e corrigi-los.

Os participantes em geral, se interessaram pelas explicações e também pela parte prática, sendo que alguns deles inclusive pediram para ficar com os cartazes. E por último fizemos a dramatização de uma lenda indígena que tem como título: A lenda da Mandioca. Essa pesquisa juntamente com a atividade tinha como objetivo levar os alunos a perceber a necessidade de refletir sobre o que é cultura, como a escola tem trabalhado a diversidade cultural tema atual e relevante a partir do

momento em que a escola desenvolve um ensino que procura entender a diversidade cultural da clientela.

Segundo Marcelino (1988, pág. 116).

A cultura é algo simples e ao mesmo tempo complexo para ele cultura é cultivo, ou seja, antes de tudo cultura é trabalho, trabalho humano transformando a natureza, de forma mais explícita o amplo conjunto de resultados adquiridos coletivamente pelos homens no transcorrer do processo de transformação que exerceu sobre a natureza, sobre resultados culturais anteriores ao seu momento histórico.

Nesta perspectiva qualquer ambiente físico ou social deve ser avaliado de acordo com seus efeitos sobre a natureza humana. A cultura em tal abordagem passa a ser representada pelos usos e costumes dominantes, pelos comportamentos que se mantêm através dos tempos.

Diante das pesquisas realizadas, chegamos a esta reflexão. A diversidade cultural está presente diariamente no contexto brasileiro expressando-se na música, dança, culinária, na nossa língua e entre inúmeras atividades em nosso cotidiano. O que se faz necessário ressaltar, é que para tratar dessas questões é preciso ir além da constatação, de contemplação que muitas vezes se faz em torno das diferenças existentes.

É necessário compreender que o processo educativo emanado pela escola é algo que a sociedade não pode prescindir. Ao contrário, a educação é fundamental no processo de aprendizagem e na compreensão necessária para que se possa ver o “diferente” em suas complexidades e formas de relações humanas e suas afirmações.

As relações existentes no processo de construção e significação das diferenças na sociedade precisam ser muito bem compreendidas. A necessária valorização da diferença que buscamos se dá no sentido de reconhecer e afirmar positivamente a pluralidade e a singularidade de cada diferença cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo, pois realizado os caminhos da pesquisa teórica e de campo adquirimos algumas informações pertinentes ao foco de investigação desse trabalho, de que para se ter efetivação do processo de ensino e aprendizagem nas escolas da zona rural se faz necessário um planejamento pedagógico voltado a essas áreas e investimentos na formação docente. De um modo geral os docentes destinados a trabalhar com essa modalidade de educação tem que ter a formação adequada, pois nessas comunidades o professor vivencia outra realidade educacional e se não tiver a preparação necessária pode não aproveitar e muito menos valorizar as riquezas culturais e dialetais contidas no cotidiano dessas comunidades.

No que diz respeito aos alunos, segundo as falas dos mesmos sentem o espaço escolar se desenvolver como um espaço de continuação do conhecimento a partir de que os professores começaram a valorizar e se utilizar de sua cultura local dentro e fora do espaço escolar, principalmente no que diz respeito a oralidade, os alunos vão se apropriando dos conhecimentos escolares sem perder suas raízes. E esses melhor aproveitamento advêm necessariamente não de uma formação adequada do docente mas dos mesmos já terem um tempo considerável trabalhando com educação no campo.

Após, então termos analisado todos os dados coletados na pesquisa de campo, identificamos que é preciso capacitar os docentes a se utilizar com um mínimo de destreza desses conhecimentos, para que eles possam aliar o seu conhecimento pedagógico, e dessa união retirar meios de levar aos seus educandos novas maneiras de aprendizagem e descoberta de informações. Essa necessidade de algum conhecimento técnico é realmente importante a princípio, pois para se trabalhar com a linguagem local e uma linguagem padrão pode ao mesmo tempo atrair e seduzir, como também assustar e gerar repulsa. O novo, o desconhecido, nos traz essa ambiguidade de sentimentos, repulsa e atração.

Assim, consideramos que não é suficiente a boa vontade dos professores, mas sim que as autoridades legais constituídas estabeleçam decretos e criem programas visando a valorização da cultura local, mas é indispensável que, além de abrir espaços para a preparação docente na própria escola, viabilizem oportunidades de mais cursos de Educação no Campo para a qualificação dos

docentes das escolas públicas implantadas nessas comunidades, com o objetivo de ampliação da valorização da cultura local nas salas de aula, com a participação efetiva dos educadores.

Entretanto a partir de olhares voltados aos dados coletados durante a pesquisa de campo percebemos que existem lacunas formativas que muitas vezes impedem os professores de exercerem enquanto instrumento mediador de conhecimento.

Enfim, na perspectiva de organizar algumas sínteses provisórias quanto ao universo de contradições evidenciadas durante todo o trabalho tecemos algumas conclusões gerais, as quais oferecem alguns elementos para análises futuras, os quais intrinsecamente fazem parte da instância e podem ser aprofundados em outros trabalhos, com o intuito de dar à prática docente, novos subsídios. Por fim referenda pela revisão bibliográfica dos conceitos e teorias observadas durante o processo de efetivação de nossa formação acadêmica, principalmente no que concerne aos aspectos de uma prática dialógica e reflexiva de educação, compreendemos que a educação no campo é um mecanismo a mais na diferenciação do trabalho pedagógico, possibilitando aos atores envolvidos, possibilidades de conhecimentos e práticas alternativas e dinamizadoras do processo ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Lei 9439; estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. n. 9394, de 20 de dezembro de 1996.

CANDAU, Vera Maria, (org) Magistério construção cotidiana, Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CANDAU, Vera Maria. A formação de educadores numa perspectiva multidimensional. In: **Revista Quadrimestral de Ciência de Educação: formação de profissionais, políticas e tendências**. n. 69. Campinas: Cedes, 1999.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Biblioteca da educação, série 1, Escola; v. 16).

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Coleção Educação e Comunicação. Vol. 1 (Tradução de Moacir Gadotti e Lílian, 2001).

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

_____. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 3ª ed. – SP: Ed. Cortez, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.) **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

SANDE, I. C. **Capacitação docente em Informática Educativa: reflexões na Prática Pedagógica.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2001a.

SANDE, I. C. **Capacitação docente em Informática Educativa: reflexões na Prática Pedagógica.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2001b.

FREIRE, Paulo, *Pedagogia da autonomia: Saberes necessário a Prática Educativa:* Rio de Janeiro Paz e Terra 1999.
 FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para liberdade.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

ALVES, R. N. B.; CARDOSO, C. E. L. **Sistemas e custos de produção de mandioca desenvolvidos por pequenos agricultores familiares do município de Moju, PA.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2008. 4p. (Comunicado Técnico n. **ENCICLOPÉDIA BIOSFERA**, Centro Científico Conhecer, Goiânia, v.8, n.15; p. 2011374 210). ANUÁRIO DA AGRICULTURA BRASILEIRA. **Banana.** São Paulo: Instituto FNP, 2008. 203p.

BASTOS, F. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar: avanços e retrocessos.** In: PRONAF 10 anos: Mapa da produção acadêmica. Brasília, 2006.

BELIK, W. Estado, Grupos de Interesse e Formulação de Políticas no Setor Agropecuário Brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 36 n.1, p.173-200, 1998.

BOYER, R. **A Teoria da Regulação: Uma Análise Crítica.** São Paulo: Nobel, 1990.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto exige adição de mandioca à farinha de trigo.** Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/139239.html>>. Acesso em: 12 set. 2012. BRUE.M. **Microeconomia.** 14.ed. Rio de Janeiro: LTC, 469p., 2001.

CARDOSO, C. E. L. **Competitividade e inovação tecnológica na cadeia agroindustrial de fécula de mandioca no Brasil.** 2004. 188 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada), Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004.

EL-DASH, A.; MAZZARI, M. R.; GERMANI, R. **Tecnologia de farinhas mistas.** Brasília: EMBRAPA. 6 (1994) (Uso de farinha mista na produção de biscoitos). 47p.
 ESTEVAN, L. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás.** Goiânia: Editora do autor, 1998. 259p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de dados.** Disponível em:<<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 set. de 2011.

MADRUGA, M. S.; CÂMARA, F. S. The chemical composition of multimistura as a food supplement. **Food Chemistry**, v.68, n.1, p.41-44, 2000.

MAGALHÃES, C.; DROUVOT, H. Agropalma: un exemple de politique de **ENCICLOPÉDIA BIOSFERA**, Centro Científico Conhecer, Goiânia, v.8, n.15; p. 2011**376** responsabilités sociale et environ nementale associant des familles de petits de petits paysans. In : 6ième Congrès de l'Aderse. France: ESC Pau, p.22-23, 2009.

MODESTI, C. F. **Obtenção e caracterização de concentrado protéico de folhas de mandioca submetido a diferentes tratamentos**. 73f. 2006. Dissertação (Mestrado em Agroquímica e Agrobiotecnologia) - Universidade Federal de Lavras, Lavras.

MOREIRA, A. R. B.; HELFAND, S. M.; FIGUEIREDO, A. M. R. **Explicando as diferenças na produtividade agrícola no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2007. 31 p. (Texto para Discussão, 1254).

OLALDE, A. R. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>>. Acesso em: 05 jun. de 2012.

SCHAMNE, C. **Obtenção e caracterização de produtos panificados livres de glúten**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2007. 140f.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 415p.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*. Brasília, DF, 2001.

LEITE, S.C. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.

SOARES, M. As pesquisas nas áreas específicas influenciando o curso de formação de professores. In: ANDRÉ, Marli Eliza D. A. *O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores*. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, n.25, Jan /Fev /Mar /Abr, 2004. P.5-17.

SOUZA, M. L.; MENEZES, H. C. Processamentos de amêndoa e torta de castanhado- brasil e farinha de mandioca: Parâmetros de qualidade. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**. v.24, n.1, p.120 – 128, 2004.

BOCK, AnaMaria Bahia, “**Uma introdução ao estudo da psicologia**”, 2004

OSORIO, Luiz Carlos. **Família Hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SUTTER, Graziela. **Refletindo sobre a relação família escola**, 2007, disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/refletindo-sobre-a-relacao-familia-escola/926/>. Acessado dia 23/11/2011

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos professores de Educação Básica das series iniciais.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
FCULDEDE DE DUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
CIENCIAS SOCIAIS 2010

QUESTIONÁRIO PARA O PROFESOR

1. Qual a sua formação ?
2. A quanto tempo você trabalha com educação no campo?
3. Como você vê o processo ensino e aprendizagem dos alunos em relação a oralidade?
4. Você se sente preparada para trabalhar com educação no campo?
5. Quais as estratégias que você utiliza dentro do espaço escolar com esses alunos ?

APÊNDICE B – Questionário aplicado aos alunos de Educação Básica das series iniciais.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
FCULDEDE DE DUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
CIENCIAS SOCIAIS 2010

QUESTIONÁRIO PARA O ALUNO

1. Como você vê o espaço escolar?
2. Qual a sua dificuldade no processo ensino aprendizagem ?
3. Você se sente a vontade no espaço escolar participando de atividades voltadas a oralidade?
4. Dentro do espaço escolar você utiliza palavras utilizadas no seu ambiente familiar?
5. Como você se sente participando de atividades educacionais fora do espaço escolar?